MANUAL OPERACIONAL

Fundo Ecos

Fevereiro de 2025

Fundo Ecos

Sumário

Expediente ISPN 4

Lista de Siglas 5

Apresentação 6

1. Princípios do ISPN 7

    1.1. Pilares do Fundo Ecos 7

2. Público e área de atuação 9

3. Estrutura de Governança 10

    3.1. Coordenação Técnico Administrativa do Fundo Ecos (CTA) 10

    3.2. Comitê Gestor Nacional (CGN) 12

4. Categorias de projetos apoiados 13

    4.1. Apoio a projetos de Pessoa Física 14

        4.1.1. Microprojetos 14

    4.2. Apoio a projetos de Pessoa Jurídica 14

        4.2.1. Pequenos Projetos 14

        4.2.2. Projetos de Consolidação 15

        4.2.3. Projetos Estratégicos 15

5. Seleção de projetos 15

    5.1. Chamada de Projetos 17

        5.1.1. Edital de Chamamento Público de Projetos 17

        5.1.2. Chamada Induzida de propostas estratégicas 18

    5.2. Recepção e triagem dos projetos 19

    5.3. Câmara Técnica (CT) de análise e pré-seleção de projetos 20

    5.4. Seleção Final dos projetos pelo Comitê Gestor Nacional (CGN) 21

        5.4.1. Seleção Final pela Câmara Especial de Seleção de Projetos Temáticos ou Regionais (CES) 22

6. Execução dos Projetos 23

    6.1. Contratação dos projetos 23

6.2. Fluxo de desembolso de recursos 24
6.3. Gestão de Riscos 27
6.4. Transparência e Política de Privacidade 29
6.5. Auditoria 29
7. Monitoramento 30
7.1. Relatório do Projeto – Organização Beneficiária 31
7.2. Relatório de Monitoramento do Fundo Ecos 33
7.3. Visitas de monitoramento 33
8. Comunicação 33
9. Equipe 34
10. Recursos e estratégia financeira do Fundo Ecos 35
10.1. Objetivos da captação de recursos 35
10.2. Diretrizes 36
11. Considerações finais 37
Anexo 1 – Regimento Interno do Comitê Gestor Nacional do Fundo Ecos 39
Anexo 2 – Quadro de Indicadores 40

Fundo Ecos

Expediente ISPN

Donald Rolfe Sawyer - Presidente

Cristiane Azevedo - Diretora Superintendente

Fabio Vaz Ribeiro de Almeida - Coordenador Executivo

Rodrigo A. Noleto - Coordenador do Programa Iniciativas Comunitárias

Isabel Figueiredo - Coordenadora do Programa Cerrado

João Guilherme Nunes Cruz - Coordenador do Programa Povos Indígenas

Silvana Bastos - Coordenadora do Programa Sociobiodiversidade

Ruthiane Pereira - Coordenadora do Programa Maranhão

Fabiana Castro - Coordenação Administrativa

Equipe Administrativa: Acídia A. Reis da Silva, Amanda L. de Abreu Sá, Aurilene T. de Araújo (Leninha), Carol L. Gomes, Carolina N. Hallit, Francidalva da S. Pereira, Gabriella F. Alves, Geovana Galleti, Ivanete J. da Silva, José Pereira M. Neto, Leonardo A. de Oliveira, Liliane R. de Souza, Lídia L. C. Araújo, Luciano F. da Silva, Maria Geanne Pimentel, Maria Márcia Silva, Raquel M. O. Abreu, Sandra R. S. de Araújo, Viviane de O. Rabelo, Welington F. da Silva (Maranhão) e Werlon de S. Fontes (Brasília)

Equipe de Comunicação: Letícia Verdi (coordenadora), Andreza S. de Andrade, Ariel S. da Rocha, Camila Araujo, Cássio O. Bezerra, Maria Arméle S. Dornelas e Vivian Tiemi (estagiária)

Equipe de Políticas Públicas e Advocacy: Guilherme Eidt (coordenador), Daniela Strasser, Márcia Ever, Patricia da Silva e Vitor H. Moraes

Equipe do Programa Iniciativas Comunitárias: Bernardo S. Braga (estagiário), Bruna Braz, Jessica L. Pedreira, Juliana Napolitano, Matheus C. Ribeiro, Polyanna Campelo, Renato F. de Araújo, Terena P. de Castro e Vitória J. Bartholo de Oliveira

Equipe do Programa Cerrado: André de Moraes, Lívia Moura

Equipe do Programa Maranhão: Alline A. L. de Melo, Ana Tereza F. Rocha, Antonio M. Rocha, Bruno G. L. Muniz, Carlos L. de A. Filho, Celso L. Barros, Edézio M. da Silva, Flávia G. P. Silva, Hélio H. S. S. Filho, Ismael M. Rodrigues, Jordania P. da Silva, José S. de Andrade, Kaline da C. O. dos Santos, Leonilson L. Pinheiro, Luan H. Costa, Luís R. Silva Neto, Maria S. D. Cardoso, Pedro C. Maciel, Robnilson dos S. Rodrigues, Rodrigo de S. Furtado, Suzanne G. A. Scaglia, Tainan dos S. Pereira e Thiago dos S. Costa

Equipe do Programa Povos Indígenas: Arlete V. Guajajara, Camila B. Beltrame, Caroline Y. Kawakami, Francisca Regilma de S. Santos, Francisco da S. Sarmento, Iury da C. Felipe, Raíssa R. P. Silva, Robert P. Miller, Thayane C. T. Amorim Teixeira, Welitania de O. Rocha

Equipe do Programa Sociobiodiversidade: Laura V. de Souza

Lista de Siglas

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CES - Câmara Especial de Seleção de Projetos Temáticos ou Regionais

CGN - Comitê Gestor Nacional do Fundo Ecos

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CPF - Cadastro de Pessoa Física

CT - Câmara Técnica

CTA - Coordenação Técnico-Administrativa do Fundo Ecos

GEF - Fundo Global para o Meio Ambiente

ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados

ONG - Organização não governamental

OSC - Organização da Sociedade Civil

PPP-ECOS - Programa de Pequenos Projetos Ecossociais

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SGP - Small Grants Programme

Apresentação

Em 1994, o Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN foi selecionado para coordenar o *Small Grants Programme* (SGP) no Brasil, que ficou conhecido como Programa de Pequenos Projetos Ecossociais (PPP-ECOS). O Programa teve o financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e fortaleceu no país a abordagem de conservação ambiental por meio do uso sustentável, com o reconhecimento do protagonismo das comunidades rurais, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. Além disso, também investiu no Cerrado, bioma até então esquecido pelas políticas e projetos ambientais. Fruto dessa experiência, em 2013 o ISPN expandiu a atuação do PPP-ECOS para a Caatinga, também com apoio do GEF. No mesmo ano, o Programa ampliou suas fontes de financiamento, recebendo apoio do Fundo Amazônia/BNDES, e com isso aumentando sua área de atuação para o bioma Amazônia em três estados (MA, MT e TO).

A partir desta nova fase, o PPP-ECOS foi reconhecido como uma abordagem institucional, que para além de apoiar projetos ecossociais, também promovia iniciativas integradas, como formações, gestão do conhecimento, articulação territorial, intercâmbio de saberes e incidência política, para o fortalecimento de organizações comunitárias que desenvolvem a conservação ambiental por meio do uso sustentável da biodiversidade.

A partir de 2019, o PPP-ECOS passa a ser entendido como um dos pilares da estratégia do ISPN, que foi denominada **“Promoção de Paisagens Produtivas Ecossociais”,** estruturada em quatro eixos: a) gestão do conhecimento, b) articulação política, c) protagonismo comunitário e d) acesso a recursos. Nesse contexto, o Fundo PPP-ECOS era o mecanismo que viabilizava o acesso aos recursos às organizações e comunidades por meio de apoio direto a projetos ecossociais.

Em 2024, quando o fundo completou 30 anos de atuação, foi realizada ampla reflexão sobre uma nova forma de fortalecer a imagem e a estratégia do PPP-ECOS buscando caminhos mais simples de comunicá-la. Assim, a então reconhecida sigla PPP-ECOS passou a ser denominada **Fundo Ecos.**

O **Fundo Ecos** é uma iniciativa do **ISPN**, gerido pelo **Programa Iniciativas Comunitárias**, e não possui personalidade jurídica própria. Cabe ao ISPN a responsabilidade por captar recursos junto às fontes financiadoras, selecionar, contratar, direcionar recursos às organizações que tiverem seus projetos selecionados e contratados; monitorar e avaliar os resultados dos projetos; prestar contas

aos seus financiadores e à sociedade; assim como realizar auditoria em seus projetos e demais demandas relacionadas ao Fundo, o qual está alinhado à missão e aos valores do ISPN.

O Manual do Fundo Ecos foi elaborado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN, a partir desses 30 anos de experiência em contato com as comunidades locais, com o objetivo de apresentar as diretrizes estratégicas, estrutura de governança e a forma de funcionamento do Fundo Ecos para o apoio e a gestão de projetos socioambientais. A elaboração deste manual surgiu da necessidade de reunir, sistematizar e atualizar em um só documento as metodologias utilizadas pelo ISPN para seleção, monitoramento e avaliação de projetos socioambientais. Com este documento pretendemos demonstrar o passo a passo aos nossos beneficiários, financiadores e organizações parceiras.

1. Princípios do ISPN

O trabalho do instituto é regido pelos princípios da **transparência**, da **imparcialidade** e da **equidade** nos processos de seleção e monitoramento de projetos, refletidos em um de seus valores: "*Relações de Confiança"*. O ISPN entende que sua atuação junto às organizações da sociedade civil deve ser, antes de tudo, pedagógica e guiada pelo fortalecimento das organizações da sociedade civil para a gestão de seus projetos e alavancagem de novos recursos.

Nos guiamos na perspectiva da **parceria,** baseados nos valores do *"Reconhecimento dos saberes" e da "Cooperação".* Portanto**,** não atuamos somente para a monitoria de gastos e atividades, mas a partir de um princípio de colaboração, do "fazer junto", promovendo dessa forma uma contínua troca de experiências, conhecimentos e aprendizagens, entre nossa equipe e as equipes das organizações com projetos selecionados.

A partir do entendimento dos princípios e valores do ISPN, elaboramos os pilares para atuação do Fundo Ecos.

1.1. Pilares do Fundo Ecos

a) Protagonismo Comunitário

Buscamos fortalecer a autonomia comunitária, incentivando a participação ativa na criação e implementação de projetos sustentáveis e inovadores.

Acreditamos na sabedoria dos povos, das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares para propor soluções adaptadas às suas realidades.

Com isso, fornecemos recursos, treinamento e assistência técnica, priorizando e valorizando o conhecimento e a cultura local.

Dessa forma, buscamos fortalecer a autonomia comunitária, incentivando a participação ativa na criação e implementação de projetos sustentáveis e inovadores.

b) Respeito e Confiança

Nosso apoio é horizontal, com diálogo e construção coletiva junto às comunidades. Nutrimos admiração e respeito pelas histórias individuais e pelos modos de vida tradicionais.

Construímos relações com raízes fortes e vínculos verdadeiros, reforçando a confiança entre nós e as comunidades. Assim, contribuímos para a construção de soluções adaptadas às necessidades locais, respeitando histórias e tradições.

c) Escuta ativa

Entendemos que são as comunidades que melhor podem nos falar sobre seus problemas. Estamos sempre de ouvidos abertos para compreender suas demandas e dispostos a dialogar em busca de soluções adaptadas.

A partir dessa escuta, também proporcionamos formações para as organizações comunitárias com conhecimentos técnicos adequados à realidade local, contribuindo para a elaboração de ferramentas que proporcionem soluções e estratégias para os desafios.

d) Justiça social aliada ao equilíbrio ambiental

Acreditamos que, ao fortalecer os modos de vida de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, estamos buscando contribuir para mudanças estruturais na sociedade.

As comunidades são agentes diretos de mudança. Por meio delas, podemos incentivar o uso sustentável dos recursos naturais, com geração de renda e conservação ambiental, pois são as pessoas que mudam o meio ambiente.

e) Desejo de transformação

Somos movidos pela vontade de construir um futuro mais sustentável e com equidade social. Para nós, a insatisfação gera ação, por isso trabalhamos para cumprir esse objetivo de mudança junto às comunidades.

Apoiamos iniciativas ecossociais que solucionem problemas locais de maneira coletiva e duradoura. Nossa abordagem visa fortalecer a capacidade das comunidades de enfrentar futuros desafios de forma autônoma e sustentável.

f) Multiplicação de saberes

Valorizamos a troca de conhecimentos e experiências como instrumento fundamental para o fortalecimento do protagonismo comunitário, o incentivo à conservação ambiental e a promoção da equidade social.

Enxergamos no diálogo e na multiplicação dos saberes locais, acadêmicos e técnicos as ferramentas necessárias para construirmos um desenvolvimento justo para as pessoas e o meio ambiente.

2. Público e área de atuação

O Fundo Ecos tem como público alvo povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, sejam suas organizações de representação, organizações de assessoria e lideranças comunitárias.

Os apoios do Fundo Ecos são elaborados de acordo com o público, ou em razão das especificidades de alguns doadores da carteira de projetos. Dentro deste contexto, podem apresentar projeto ao Fundo Ecos:

a) Organizações da Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos, formalmente constituídas, com tempo mínimo de existência definido em edital de seleção de projetos (exemplo: associações, ONGs, institutos, fundações, sindicatos, entre outros);

b) Cooperativas de produção ou de serviços da agricultura familiar, de povos indígenas ou de povos e comunidades tradicionais, formalmente constituídas, com tempo mínimo de existência definido em edital de seleção de projetos;

c) Indivíduos (famílias) – esta categoria se enquadra somente nos casos de microprojetos e se destina à pessoa física (núcleo familiar), ou seja, a indivíduos, famílias ou pequenos grupos de pessoas, que visam complementar as iniciativas ou atividades locais, em prol do bem-estar coletivo e da sustentabilidade comunitária, sendo especialmente adequada para contextos onde não há uma organização comunitária capaz de gerenciar um projeto.

Grupos e redes ainda não formalmente constituídos (grupos sem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ), podem apresentar projetos, desde que em parceria com organização da sociedade civil sem fins lucrativos, devidamente formalizada.

Em relação à área de atuação, o Fundo Ecos atua prioritariamente nos biomas Cerrado, Caatinga e Amazônia, podendo também adotar outro recorte geográfico, a depender da área pactuada com o doador e das condições da equipe do ISPN para realizar o acompanhamento e monitoramento dos projetos. Neste sentido, a área de atuação dos projetos será estabelecida nos editais de convocação de projetos.

3. Estrutura de Governança

A estrutura de governança do Fundo Ecos conta com o Comitê Gestor Nacional (CGN) e a Coordenação Técnico Administrativa (CTA), com atribuições complementares, conforme descrito a seguir.

3.1. Coordenação Técnico Administrativa do Fundo Ecos (CTA)

A Coordenação Técnico Administrativa (CTA) é a instância de gerenciamento do Fundo Ecos e é exercida pelo ISPN. São atribuições da coordenação:

a) Captar recursos junto às fontes financiadoras;

b) Conduzir o processo de seleção de projetos, sendo responsável pela organização e realização da Triagem e da Câmara Técnica, assim como pelo preparo e condução das reuniões do Comitê Gestor Nacional;

c) Contratar e direcionar recursos às organizações que tiverem seus projetos selecionados e contratados;

d) Monitorar a execução dos projetos;

e) Avaliar os resultados gerados pelos financiamentos;

f) Promover a gestão do conhecimento, a troca de saberes e a formação de seu público alvo e equipe;

g) Prestar contas aos seus financiadores e à sociedade;

h) Realizar auditoria em seus projetos;

i) Comunicar e dar transparência e visibilidade de suas ações e projetos;

j) Monitorar os riscos e o cumprimento das salvaguardas;

Além disso, conforme estabelecido no Regimento Interno do CGN (Anexo 1), cabe à CTA:

a) Atuar ex officio no CGN, participando das deliberações, mas não das decisões relativas à seleção de projetos;

b) Propor a pauta de cada reunião;

c) Convocar o CGN e funcionar como seu Secretariado, incluindo, entre outros:

   i. Gerenciar a comunicação para os membros do CGN para envio de avisos de reuniões;

   ii. Responder a perguntas técnicas dos membros do CGN sobre tópicos relacionados ao funcionamento do Fundo Ecos;

   iii. Prestar aos membros do CGN os esclarecimentos necessários ao bom entendimento dos projetos em análise, bem como das organizações proponentes;

   iv. Fornecer informações sobre os projetos em implementação;

   v. Apresentar relatórios substantivos sobre a situação e progresso do Fundo Ecos e suas atividades;

   vi. Para editais no contexto do GEF, preparar o resumo das principais decisões e discussões do CGN a serem compartilhados com o PNUD e carregados no banco de dados do SGP e uma cópia do resumo das principais decisões do CGN, no modelo padrão do SGP, incluindo a lista de conceitos e decisões de projetos avaliados, para ser revisada e assinada por todos os membros presentes no processo de seleção.

d) Dar encaminhamento a quaisquer comunicações dirigidas aos membros do CGN;

e) Dar encaminhamento às decisões do CGN;

f) Atuar como elo de ligação entre o CGN e as organizações candidatas ao recebimento de doações;

g) Efetuar os arranjos logísticos necessários à realização das reuniões;

h) Anotar as discussões ocorridas, redigir a Ata da reunião e proceder às eventuais alterações necessárias;

i) Assessorar a presidência do CGN na condução das reuniões.

3.2. Comitê Gestor Nacional (CGN)

O Comitê Gestor Nacional é o principal órgão decisório do Fundo Ecos, que fornece supervisão, orientação e direcionamento ao fundo, com a função de ser sua instância consultiva e deliberativa. O CGN é composto por representantes voluntários e não remunerados, indicados pelos órgãos governamentais, sociedade civil e especialistas da Academia. A composição dos membros do CGN deve refletir as prioridades e estratégias do Fundo Ecos.

Conforme estabelecido no Regimento Interno do CGN do Fundo Ecos (Anexo 1), são atribuições do CGN:

a) Elaborar, aprovar e alterar seu Regimento Interno;

b) Eleger, em cada reunião do CGN, um Presidente de Sessão para a condução dos trabalhos;

c) Discutir, aprovar e alterar a Estratégia Nacional do Fundo Ecos, além de outros documentos de definição de diretrizes;

d) Formular e aprovar os critérios de elegibilidade e seleção de projetos candidatos à obtenção de doações, sempre baseados nas diretrizes dos doadores;

e) Propiciar adequada avaliação técnica e estratégica dos projetos candidatos à obtenção de doações, seguindo procedimentos participativos, democráticos, imparciais e transparentes em consonância com as Diretrizes Operacionais do SGP e Procedimentos Operacionais Padrão de toda a gama de doadores do Fundo Ecos;

f) Avaliar periodicamente a implementação do Fundo Ecos;

g) Fornecer apoio técnico à supervisão e implementação do projeto GEF no nível nacional de acordo com o Documento do Projeto relativo a cada fase operacional;

h) Acompanhar, de acordo com suas possibilidades, a implementação dos projetos aprovados, objetivando garantir sua implementação efetiva;

i) Realizar, de acordo com suas possibilidades, viagens para os locais de execução dos projetos, objetivando assegurar sua execução adequada e o bom emprego dos recursos financeiros;

j) Recomendar formas e métodos de reforçar os projetos apresentados que tenham mérito, mas que não possam ser aprovados na forma como se encontram;

k) Garantir a conexão das operações do Fundo Ecos com políticas e estratégias globais, regionais e nacionais relevantes ao país e aos doadores.

l) Apoiar a divulgação do Fundo Ecos e a mobilização de recursos de cofinanciamento para o Fundo ou aos projetos apoiados;

m) Prover informações de suas áreas de especialização que possam ser úteis para a condução do Fundo Ecos;

n) Apoiar os esforços para integrar as lições aprendidas e os resultados do Fundo Ecos no planejamento do desenvolvimento nacional e na formulação de políticas públicas;

o) Manifestar a existência de interesse pessoal ou institucional em qualquer proposta candidata a doação encaminhada ao CGN e ausentar-se da votação da mesma;

p) Aprovar as Atas das reuniões;

q) Dar o devido tratamento e providências às denúncias recebidas pela ouvidoria do ISPN, por meio de sua Comissão de Política de Proteção, que envolvam a atuação de representantes das organizações beneficiárias do Fundo Ecos no âmbito da execução do(s) projeto(s) apoiado(s).

Além das atribuições listadas, o CGN também é responsável pela deliberação da constituição da **Câmara Especial de Seleção de Projetos Temáticos ou Regionais (CES)**, que é uma instância temporária, regional, que tem por objetivo realizar a seleção de propostas de Carteiras de Projetos que atuam em escala de paisagem.

4. Categorias de projetos apoiados

O Fundo Ecos conta com quatro categorias de projetos: microprojetos, pequenos projetos, projetos de consolidação e projetos estratégicos. As principais características que diferenciam cada uma destas categorias de projetos são o volume de recursos a ser alocado, o grau de maturidade da iniciativa a ser apoiada e a experiência da organização beneficiária em gestão de projetos.

Outra diferença importante a ser destacada diz respeito aos microprojetos, que preveem o apoio a projeto de pessoa física, sendo que nas demais categorias os projetos são apoiados por meio de organizações da sociedade civil formalmente constituídas, ou seja, que possuem Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica (CNPJ) ativo.

4.1. Apoio a projetos de Pessoa Física

4.1.1. Microprojetos

Os microprojetos são uma ferramenta de apoio a iniciativas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida de famílias, grupos e comunidades, de modo a promover maior capilaridade em ações de sustentabilidade ambiental e reforço a atividades comunitárias socioambientais. Os microprojetos são utilizados onde não existem organizações locais, ou elas existem e não têm capacidade de gestão, ou estão com problemas de documentação.

Os microprojetos se caracterizam como doações à pessoa física e buscam priorizar e fortalecer atividades que estejam sendo desenvolvidas por famílias e que tenham aderência em seus contextos socioculturais. Alguns exemplos já aplicados: aquisição de equipamentos para finalizar uma casa de farinha; aquisição de insumos para enriquecimento de quintal agroecológico; estruturação de site para comercialização de artesanatos; aquisição de mudas e sementes para plantios diversos de recuperação ambiental, dentre outros.

Busca-se, com os microprojetos, um mecanismo altamente simplificado e desburocratizado, desde a submissão das propostas, suas respectivas análises, celebração dos contratos de doação e recebimento dos relatórios comprobatórios de execução dos projetos.

4.2. Apoio a projetos de Pessoa Jurídica

4.2.1. Pequenos Projetos

Os pequenos projetos têm por finalidade apoiar iniciativas que estão na fase inicial de seu desenvolvimento e que carecem de recursos para serem incentivadas e fortalecidas. São projetos

de pequeno valor, destinados às organizações com pouca ou nenhuma experiência em gestão de projetos.

4.2.2. Projetos de Consolidação

Os projetos de consolidação têm por finalidade apoiar iniciativas já existentes, com resultados e impactos positivos comprovados, e que buscam aprimorar sua metodologia e/ou ampliar sua escala de atuação e impacto. Os projetos de consolidação são destinados às organizações que tenham alguma experiência em gestão de projetos.

4.2.3. Projetos Estratégicos

Os projetos estratégicos são voltados ao apoio de iniciativas associadas a uma estratégia de atuação regional e que geram sinergia entre outros projetos/estratégias/políticas socioambientais relevantes num determinado território. Devem ter como proponentes organizações formalmente constituídas há pelo menos 5 (cinco) anos. São destinados às organizações com experiência comprovada em gestão de projetos. Os projetos estratégicos são os de maior valor apoiado no âmbito do Fundo Ecos.

5. Seleção de projetos

A metodologia de seleção do Fundo Ecos visa conduzir um processo transparente e justo para todos os concorrentes. Os **pequenos projetos, projetos de consolidação e projetos estratégicos** são submetidos à Metodologia de Seleção de Projetos do Fundo Ecos, que inclui as etapas de lançamento de edital, triagem, pré-seleção pela Câmara Técnica e seleção final pelo CGN ou CES, conforme fluxograma a seguir.

Os **microprojetos** possuem procedimentos mais simples de seleção, sendo que a etapa de análise pelo CGN ou pelo CES é dispensada, com vistas a diminuir custos de avaliação e dar maior agilidade ao processo;as demais etapas, lançamento de edital, triagem e Câmara Técnica são mantidas, conforme pode ser visualizado no fluxograma a seguir.

Por fim, cabe ressaltar, que apesar de todos os projetos serem submetidos à mesma metodologia de seleção, cada Carteira de Projetos possui particularidades, o que exige a customização de algumas ferramentas, com adequações do formulário de projetos e do formulário de análise.

5.1. Chamada de Projetos

5.1.1. Edital de Chamamento Público de Projetos

O edital de Chamamento Público de Projetos é o documento que dá início ao processo de seleção de projetos, que é amplamente divulgado e pautado pela ampla concorrência. Nele são apresentados o objetivo do financiamento e suas linhas temáticas; o prazo, a região e o público a serem contemplados; a quantidade de recursos disponíveis e os limites por projeto; os critérios de elegibilidade e de seleção; a composição do orçamento, contrapartida, itens financiáveis e itens não financiáveis; assim como as responsabilidades de governança, financeiras, técnicas e ambientais. É no edital onde são apresentados os modelos de formulário a serem utilizados pelas

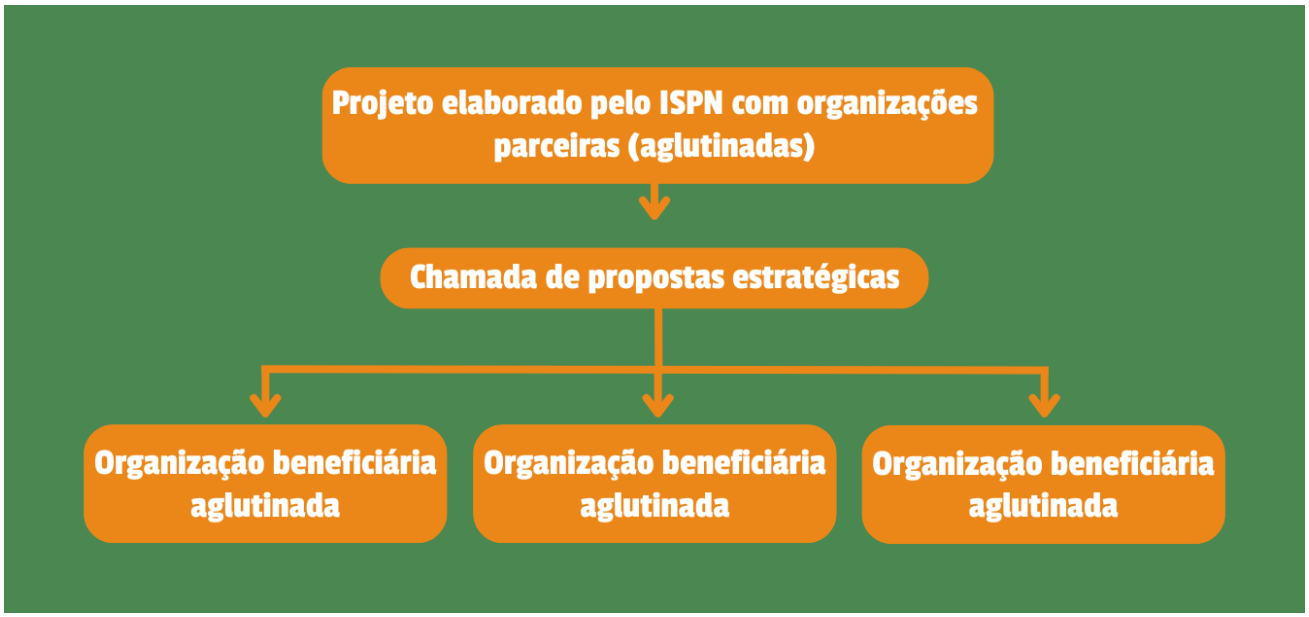
organizações na elaboração de seus projetos, assim como a lista de documentos que precisam ser enviados para concorrer ao processo seletivo.

Os editais ficam abertos o tempo suficiente para o recebimento de propostas. Durante este período os editais são amplamente divulgados no site do Fundo Ecos; e outros sites correlatos, redes sociais (YouTube, Instagram, LinkedIn, Facebook, WhatsApp) e por meio das listas de transmissão e mailing do ISPN; assim como, sempre que possível, divulgados em rádios, jornais e televisão com o apoio da assessoria de imprensa do Instituto, bem como por eventuais parceiros das iniciativas.

5.1.2. Chamada Induzida de propostas estratégicas

Em situações extraordinárias, o Fundo Ecos abre a possibilidade de realizar seleções de caráter induzido, nas quais a organização beneficiária do projeto já é conhecida. Isso acontece quando a iniciativa contempla o apoio aos projetos comunitários, **estrategicamente desenhados junto ao doador no sentido de fomentar e apoiar um grupo específico de associações e/ou famílias**, seja por critérios regionais, de paisagens, temáticos e/ou de perfis socioambientais prioritários, bem como uma combinação entre eles.

Nesta modalidade a chamada é desenhada com o intuito de orientar o objetivo geral do projeto, as linhas estratégicas de atuação e os resultados esperados, assim como os documentos necessários para celebração do contrato, para que com isso a organização beneficiária planeje sua metodologia e cronograma de atuação de forma alinhada ao projeto ao qual a ação está aglutinada.



Após o recebimento e aprovação do projeto, os demais procedimentos são os mesmos adotados pelos projetos selecionados por edital de ampla concorrência, incluindo processo de contratação e o monitoramento das ações.

5.2. Recepção e triagem dos projetos

Os projetos são recebidos pelo Fundo Ecos durante todo o período de recebimento de propostas estabelecido pelo edital. Os **pequenos projetos, projetos de consolidação e projetos estratégicos** são recebidos, via de regra, por meio de formulário digital , salvo algumas exceções que visem simplificar o acolhimento de propostas. O formulário de submissão de projetos contém campos para apresentação de informações sobre a organização proponente e sobre o projeto a ser apoiado, além de modelos de anexos obrigatórios, como Plano de Trabalho, Orçamento, Cronograma e Tabela de Indicadores. Nesta etapa são solicitados documentos da organização, como ata de fundação, estatuto, ata de eleição e posse da atual diretoria, dentre outros documentos que se fizerem necessários para a elegibilidade e análise das propostas. Os projetos submetidos aos editais são recebidos pelo ISPN e identificados com números sequenciais, de acordo com a ordem de chegada.

No caso dos **microprojetos**, pode-se adotar métodos simplificados para o recebimento das propostas, como envio por e-mail ou outros formatos. O formulário de submissão de projetos é mais sucinto, contendo no máximo 3 páginas, nas quais o/a proponente apresenta a demanda, as atividades para resolvê-la, cronograma e orçamento básicos. A proposta deve apresentar, ainda, uma carta de apoio de lideranças da comunidade na qual será executado. É possível a submissão de propostas sob outros formatos, em diálogo direto com a tradição de oralidade dos muitos povos com quem atuamos, como vídeos, áudios, ou outros modelos que combinem partes escritas (orçamento, por exemplo) e partes em vídeo/áudio.

A triagem dos projetos inicia logo após a data final para recebimento de propostasestabelecida no edital. A triagem é realizada pela equipe do ISPN, na condição de Coordenação Técnico-Administrativa do Fundo (CTA). Na triagem é verificado se o projeto atende aos critérios de elegibilidade do edital. Os critérios de elegibilidade servem para verificar se o projeto atende aos objetivos, linhas temáticas, público e área de abrangência estabelecidos no edital, assim como se foram enviados dentro do prazo e com documentação completa. Os projetos que não atenderem aos critérios de elegibilidade são excluídos do processo seletivo já nesta etapa. Os projetos que atendem aos critérios seguem para análise da Câmara Técnica. Vale ressaltar que durante a triagem não é feita análise de mérito dos projetos, sendo assim, nos casos em que houver dúvida sobre o enquadramento do projeto ao objetivo e às linhas temáticas do edital, o mesmo segue para análise da Câmara Técnica, caso tenha atendido aos demais critérios de elegibilidade.

5.3. Câmara Técnica (CT) de análise e pré-seleção de projetos

O objetivo da Câmara Técnica (CT) é analisar tecnicamente os projetos recebidos de forma a apoiar o CGN em sua análise e seleção final dos projetos.

A CT é uma instância temporária, que não possui membros fixos, e é constituída no momento da avaliação dos projetos. Para a composição da CT são mobilizados membros da equipe interna do ISPN, assim como especialistas/profissionais externos, que tenham afinidade com a temática do edital. A metodologia orienta a análise por dois avaliadores, um interno e outro externo, assim como busca-se sempre que ao menos um seja da área de ciências da natureza e outro da área de ciências humanas.

De forma simplificada, a metodologia de pré-seleção dos **pequenos projetos, projetos de consolidação e projetos estratégicos** acontece da seguinte forma:

a) Realização de uma reunião de nivelamento da CT. Realizada antes da entrega dos projetos e que tem por finalidade fazer o alinhamento dos avaliadores sobre o edital e sobre a metodologia de seleção dos projetos;

b) Distribuição dos projetos aos membros da CT para análise e elaboração dos pareceres. Como citado, cada projeto é analisado por dois avaliadores. Cada avaliador recebe um conjunto de projetos para análise, a depender da quantidade de projetos recebidos no âmbito do edital. Para a avaliação, o Fundo Ecos disponibiliza, no seu Sistema de Gestão, um modelo de parecer, em formato de formulário eletrônico, que contém os critérios de seleção estabelecidos no edital, além de outras questões relevantes para a análise. Nesta fase, cada avaliador atribui uma nota ao projeto e enumera uma quantidade de projetos que recomenda para seleção. Essa quantidade é definida conforme o edital, a depender da quantidade total de projetos que poderão ser selecionados mediante o recurso disponível, da quantidade de projetos concorrendo na chamada e até mesmo da quantidade de projetos lidos por cada um dos avaliadores que participam da seleção;

c) Elaboração da lista hierarquizada dos projetos. Com base na análise e nas notas atribuídas pela CT, o ISPN elabora uma lista hierarquizada das propostas, da maior para a menor nota de avaliação. Esta lista orienta a ordem de debate dos projetos na reunião da CT;

d) Realização da reunião da CT. A reunião tem por objetivo nivelar os avaliadores sobre o conjunto de projetos recebidos, a fim de que sejam selecionadas as melhores propostas enviadas em resposta ao edital. Na reunião é apresentada a lista hierarquizada e a leitura dos projetos começa pelo de maior nota. Nesta etapa é apresentado o resumo do projeto e

cada avaliador apresenta os pontos fortes e fracos da proposta. A CT pode solicitar maiores esclarecimentos aos avaliadores para uma melhor compreensão do projeto. Neste momento, avaliações discordantes entre os dois avaliadores de um mesmo projeto são discutidas e, se algum dos(as) avaliadores(as) desejar mudar sua nota, ele(a) pode fazê-lo. Após a leitura e breve debate de todos os projetos, cada avaliador indica os melhores projetos para seleção do CGN. O resultado deste processo irá gerar uma nova lista hierarquizada, chamada de lista curta, que será enviada ao CGN e subsidiará a tomada de decisão desta instância sobre a seleção dos projetos.

No caso dos **microprojetos**, as análises são feitas por comissão simples, formada pela equipe técnica do ISPN diretamente envolvida e por parceiros da iniciativa na qual está abrigado o apoio via microprojetos. **Para esta categoria de projeto a seleção é finalizada nesta etapa e o resultado final do processo de seleção é comunicado aos seus proponentes.**

5.4. Seleção Final dos projetos pelo Comitê Gestor Nacional (CGN)

A instância final de seleção de projetos do Fundo Ecos é o CGN, principal órgão decisório do Fundo Ecos. Os projetos chegam ranqueados pela Câmara Técnica (lista curta) e o Comitê analisa e seleciona os projetos a partir de critérios estratégicos, que levam em consideração a questão geográfica, temática, assim como o equilíbrio de gênero, de geração e étnico, entre outros.

A metodologia de seleção do CGN segue os seguintes passos:

a) Envio das informações sobre o edital e distribuição dos projetos e dos pareceres da triagem e da CT aos membros do CGN. Antes da reunião, o CGN tem acesso a todos os projetos enviados em resposta ao edital, assim como à lista curta de projetos pré-selecionados pela CT. Nesta etapa cada projeto é analisado por dois membros do CGN, que atribuem uma nota para cada projeto. Para a avaliação, o ISPN disponibiliza um modelo de parecer, em formato de formulário eletrônico;

b) Realização da reunião do CGN. Durante a reunião a lista curta é apresentada, incorporando as notas atribuídas pelo CGN. Nesta etapa é feita a leitura do resumo de todos os projetos da lista curta, assim como é aberta a possibilidade do CGN solicitar o debate de qualquer projeto que não tenha sido pré-selecionado pela CT, para solicitação de esclarecimentos. Após a leitura do conjunto, o CGN realiza a deliberação final dos projetos selecionados para apoio e para lista de espera. A decisão do CGN é lavrada em ata, contendo um resumo das discussões e dos encaminhamentos; além de esclarecimentos e alterações no projeto, e mesmo aumento ou corte de orçamento. As informações da ata subsidiam o ISPN no processo de tramitação dos contratos dos projetos.

Ao fim desse processo de seleção, o ISPN comunica amplamente o resultado em seu site e mídias sociais, assim como às organizações proponentes que tiveram seus projetos aprovados.

5.4.1. Seleção Final pela Câmara Especial de Seleção de Projetos Temáticos ou Regionais (CES)

Na estrutura de governança do Fundo Ecos há a possibilidade de se constituir uma Câmara Especial de Seleção de Projetos Temáticos ou Regionais (CES), que tem por objetivo realizar a seleção final de projetos em situações onde o recurso captado pelo ISPN foi alavancado junto ao doador de forma conjunta com outras organizações parceiras que atuam numa mesma região. Este conjunto de parceiros é responsável por gerir o projeto como um todo, assim como por propor a constituição da CES. Esta instância tem a duração do projeto pactuado com o doador e deverá ser composta obrigatoriamente por especialistas com reconhecida experiência e conhecimento sobre o contexto no qual se aplicou determinado edital.

A constituição e atribuições desta câmara devem ser aprovadas pelo CGN em ata. Não obstante, os pressupostos elementares que norteiam o processo de seleção de projetos do Fundo Ecos ficam mantidos, cabendo a esta instância específica fornecer todos os dados necessários, bem como os procedimentos e critérios adotados para a seleção dos projetos. Todas as informações deverão ser apresentadas para avaliação nas reuniões do CGN, com o maior detalhamento possível sobre o processo seletivo, os critérios adotados, os projetos aprovados e os perfis das organizações contempladas, para coleta de eventuais contribuições do CGN.

A seleção final das propostas submetidas a um edital de ampla concorrência é realizada pela CES, desde que atendidas todas as etapas de seleção anteriores atribuídas ao Fundo Ecos (Lançamento de edital, Triagem e Câmara Técnica). Ao fim do processo de seleção de projetos, o ISPN comunica amplamente o resultado em seu site e mídias sociais, assim como às organizações proponentes que tiveram seus projetos aprovados.

Cabe alertar que no caso das Carteiras de Projetos apoiadas pelo GEF/PNUD, não existe a possibilidade de constituição da CES, mesmo quando a atuação acontece em escala regional (escala de paisagem).

6. Execução dos Projetos

6.1. Contratação dos projetos

Após a seleção final dos projetos, o Fundo Ecos inicia a fase de contratação do projeto. Os projetos selecionados em um determinado edital recebem um código definitivo e são distribuídos entre os membros da equipe do Fundo Ecos, que assumem o papel de **ponto focal** do projeto. O(A) ponto focal é responsável por acompanhar e monitorar todo o ciclo de vida do projeto, desde sua contratação até o encerramento.

a) Comunicação da aprovação do projeto e envio da Carta de Solicitação de Adequações e Esclarecimentos

O(A) **ponto focal do projeto no ISPN** é o(a) responsável por realizar o primeiro contato com a organização, por meio do qual é feita a comunicação da seleção do projeto e é apresentada a Carta de Solicitação de Esclarecimentos e/ou Adequações. As adequações e esclarecimentos visam assegurar o sucesso dos projetos e a realização dos benefícios previstos. A carta é elaborada pelo(a) ponto focal com base nas avaliações da CT e do CGN (ou CES), assim como nas lições aprendidas no monitoramento e avaliação de projetos de editais anteriores.

As organizações proponentes têm tempo para discutir na(s) comunidade(s) as alterações sugeridas e levar para a oficina inicial de capacitação e gestão de projetos as respostas ou adequações necessárias. No caso de organizações mais frágeis, com pouca experiência na gestão de projetos, ou enfrentando situações adversas, pode ser solicitada a realização de uma visita *in loco* antes da contratação para auxiliar a organização na adequação do projeto.

A contratação do projeto acontece somente após o(a) ponto focal do projeto considerar que as adequações foram devidamente incorporadas ao projeto e seus anexos.

b) Oficina de Capacitação e Planejamento Inicial dos Projetos

A Oficina de capacitação e planejamento inicial dos projetos é realizada com o objetivo de capacitar as organizações sobre gestão de projetos. É nesta oficina que são dadas as orientações sobre objetivo do financiamento (edital), fluxo de pagamento das parcelas, elaboração de relatórios, boas práticas administrativas e financeiras, monitoramento e comunicação do projeto, entre outras.

As oficinas são realizadas preferencialmente de forma presencial, com representantes de todas as organizações que tiveram seus projetos selecionados. Além de ser um momento de diálogo sobre gestão de projetos, a oficina tem também como objetivo propiciar um ambiente favorável para que os participantes conheçam e troquem experiências sobre os projetos selecionados e identifiquem oportunidades de articulações entre as organizações e trocas de conhecimentos.

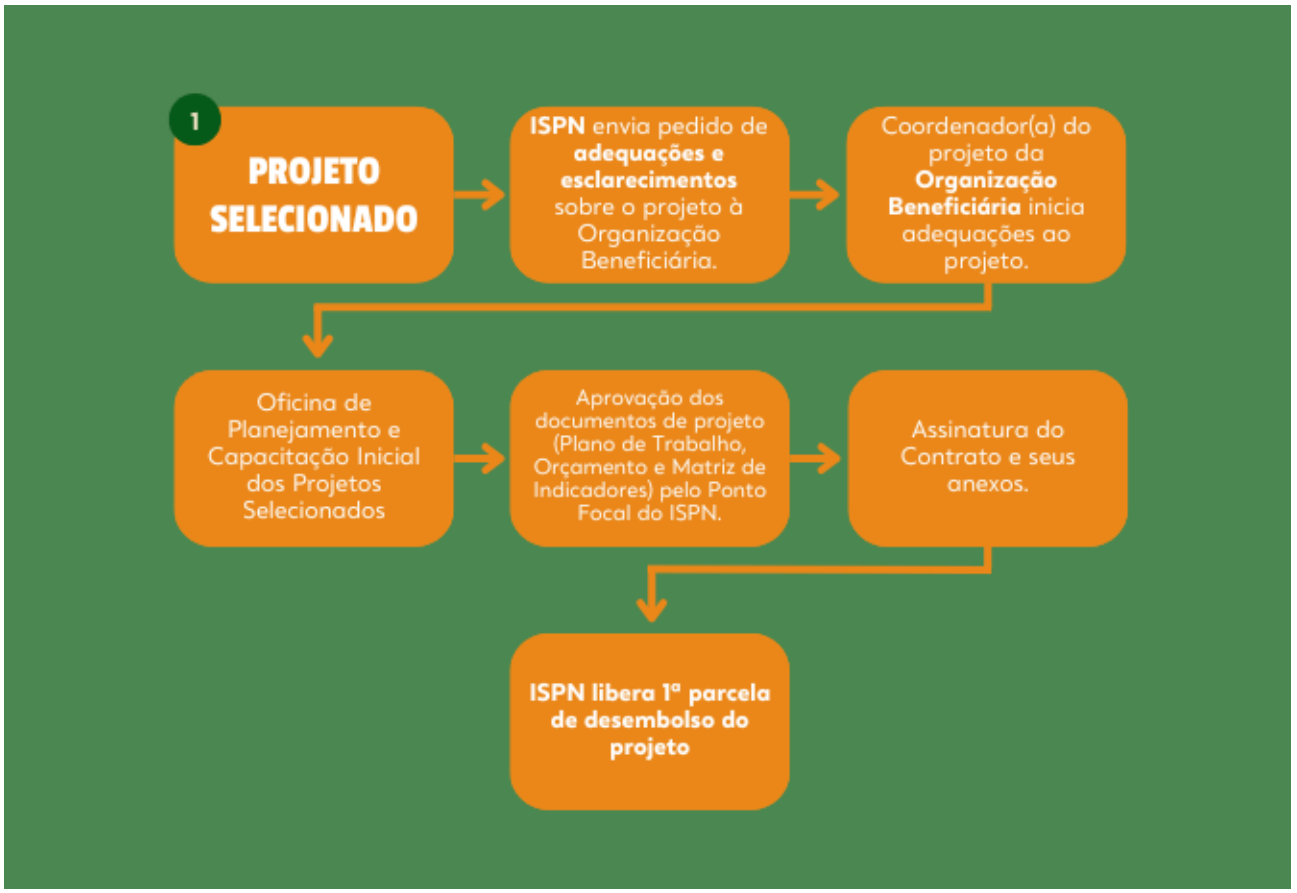
c) Contrato de doação ou Memorando de Entendimento

O contrato é firmado entre o ISPN e a Organização Proponente que teve seu projeto selecionado no âmbito do Fundo Ecos. O contrato estabelece as datas previstas para o início e término do projeto, valor e período de desembolsos das parcelas, dados bancários da organização e as responsabilidades de cada parte.

Os anexos que fazem parte do Contrato e constituem a documentação oficial do projeto são: Projeto original, Plano de Trabalho, Cronograma, Orçamento e Quadro de Resultados.

6.2. Fluxo de desembolso de recursos

O desembolso de recursos dos **pequenos projetos, projetos de consolidação e projetos estratégicos** são transferidos para a conta corrente da organização beneficiária de forma parcelada. O repasse da primeira parcela é condicionado à assinatura do contrato e à entrega dos documentos de projeto devidamente adequados.



Fluxograma do processo de contratação e pagamento da 1 ª parcela do projeto

As parcelas subsequentes são repassadas, mediante apresentação do relatório do projeto com informações sobre as atividades realizadas e o recurso aplicado.

Fluxograma do processo de prestação de contas do Fundo Ecos

Os recursos dos **microprojetos** são repassados diretamente para a conta corrente do beneficiário (pessoa física) ou, excepcionalmente, através de ordem bancária, caso o beneficiário não possua conta corrente, em parcela única. A pessoa física é responsável por receber o recurso para as atividades da família, grupo ou comunidade e também pelo encaminhamento dos relatórios ou evidências, que comprovam a execução do projeto junto ao Fundo Ecos.

6.3. Gestão de Riscos

O Fundo Ecos busca promover as organizações locais por meio do lançamento de editais (chamadas públicas) de livre concorrência, para atender a demanda de organizações comunitárias de base. Esse processo exige que as propostas comunitárias incluam ações de equidade de gênero e geracional, conservação ambiental por meio do uso sustentável, proteção aos modos de vida de povos indígenas e comunidades tradicionais e proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade.

a) Gênero e Juventude

O Fundo Ecos priorizará o trabalho com grupos de mulheres, bem como com grupos de jovens; a equipe do Fundo formulará estratégias para engajar grupos de mulheres e jovens como beneficiários prioritários nos editais a serem lançados. O CGN inclui especialistas das seguintes áreas: a) Ciências Sociais (Povos Indígenas e Gênero), e b) Ciências ambientais (Diversidade e Clima).

O Fundo Ecos fornecerá subsídios e orientações relacionadas com uma implementação sensível ao gênero em cada cenário. Será aplicada uma abordagem de gênero de acordo com a Política de Proteção de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade do Instituto Sociedade População e Natureza – ISPN.

b) Serviços Ambientais

Um dos objetivos do Fundo Ecos é ajudar as comunidades a combater os efeitos das alterações climáticas, ao mesmo tempo que realizam práticas adaptativas que reduzam as emissões de CO2. Para isso, entre as muitas ações, apoia a conectividade de paisagens produtivas ecossociais, promovendo serviços ambientais e agregação de valor aos produtos da sociobiodiversidade.

Para garantir que esse processo ocorra, o processo de seleção dos projetos envolve uma análise rigorosa, que têm potencial para identificar os impactos ambientais positivos e evitar projetos com potenciais negativos. Os projetos propostos no âmbito do Fundo Ecos destinam-se, em sua própria concepção, a atenuar e a reverter os impactos da degradação ambiental. As atividades dos projetos apoiados estão focadas em evitar a monocultura, desmatamento de áreas protegidas e reservas legais, uso de agrotóxicos, e busca utilizar métodos tradicionais para aprimorar os valores da biodiversidade em ecossistemas frágeis.

c) Modos de vida de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

A promoção dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, seus modos de vida, cultura e recursos é um princípio orientador dos apoios do Fundo Ecos. Uma das prioridades da sua estratégia é apoiar a defesa dos direitos, celebrar e replicar as práticas bem-sucedidas de iniciativas agroecológicas, manejo integrado do fogo (MIF), atividades econômicas, culturais e sociais que promovam seus modos de vida.

Como parte da implementação dos projetos, a consistência das atividades com os padrões dos povos será garantida à medida que as comunidades locais projetarem e realizarem suas próprias ações. As comunidades são incentivadas a conceber e executar suas propostas, de modo a capacitar e fortalecer suas organizações sociais, ou seja, os projetos não devem ser impostos às comunidades, mas devem partir de suas próprias aspirações.

d) Pessoas em Situação de Vulnerabilidade

Para a proteção dos grupos e pessoas vulneráveis é seguida a Política de Proteção de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade do ISPN, que estabelece normas de conduta a seus diretores(as), funcionários(as), colaboradores(as), prestadores(as) de serviços, estagiários(as) e voluntários(as) relacionadas à proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade, a fim de prevenir danos e estabelecer processos de como enfrentar e combater casos específicos de riscos à dignidade e à integridade humana.

e) Ouvidoria

O ISPN mantém um canal de ouvidoria independente disponível em seu site, distinguindo as diferentes denúncias que possam ocorrer, seja sobre a equipe do ISPN ou das equipes dos diferentes projetos apoiados.

Caso seja observado qualquer fato suspeito de violação às normas éticas relacionadas, ou identificado algo inaceitável nas condições do ambiente de trabalho, qualquer colaborador(a), parceiro(a) ou prestador(a) de serviços poderá fazer uma denúncia, inclusive de forma anônima, pelo canal oficial de denúncia: https://ispn.org.br/ouvidoria-ispn

Toda denúncia encaminhada será tratada com confidencialidade. Caso seja comprovada a violação dessas condutas poderá acarretar em rescisão de contrato e comunicação do caso às autoridades legais.

6.4. Transparência e Política de Privacidade

Em 2024 o ISPN atualizou seus mecanismos de controle e transparência, de acordo com suas diretrizes estratégicas, para reforçar o compromisso pelo respeito e transparência em todas as suas relações. Todas as informações referentes aos processos de seleção de projetos e aos projetos selecionados pelo Fundo Ecos são publicados no site fundoecos.org.br.

O ISPN também implementou sua Política de Privacidade, visando respeitar a privacidade dos usuários, se adequando à Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

6.5. Auditoria

O Fundo Ecos é uma área do Programa Iniciativas Comunitárias, integrado ao organograma do ISPN. Assim, todos os atos administrativos são de responsabilidade do ISPN. Para garantir a transparência fiscal e administrativas do Fundo Ecos e de todos os demais projetos em execução pelo ISPN, são realizadas, anualmente, auditorias institucionais e, de cada projeto, quando acordado entre as partes (financiador e ISPN).

As auditorias são conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. São contratadas empresas independentes em relação ao ISPN, de acordo com os princípios éticos previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Os objetivos das auditorias são:

a) Garantir conformidade: obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório descritivo de auditoria;

b) Identificar riscos: identificar e avaliar os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro;

c) Melhorar a gestão: obter entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias;

d) Avaliar eficiência e eficácia: avaliar a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

e) Assegurar precisão: concluir sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade

f) Transparência nas informações: avaliar a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com os objetivos de apresentação.

Esses objetivos ajudam a promover a transparência, a responsabilidade e a eficiência dentro da organização.

7. Monitoramento

O monitoramento de projetos é uma fase fundamental porque serve para acompanhar e verificar o alcance dos objetivos e resultados, além da realização (ou não) das atividades previstas na fase de planejamento. O monitoramento nos conduz a uma “parada para refletir sobre a prática”, coletar e sistematizar informações que geram evidências e aprendizados voltados a vários usos: desde correção de rumos de um projeto em andamento, melhoria da atuação da organização, comunicação dos resultados, até a produção de informações que demonstrem a relevância de investimentos públicos e privados em iniciativas ecossociais/socioambientais, bem como, políticas públicas apropriadas aos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

O monitoramento também é um momento de identificação dos casos positivos, dos sucessos alcançados pelo projeto, que nem sempre aparecem nos relatórios escritos, mas que podem servir tanto para o fortalecimento da coletividade na qual foi alcançado, quanto como inspiração para outras experiências comunitárias.

Por isso, o Fundo Ecos capacita e orienta as organizações e comunidades envolvidas nos projetos a realizarem o monitoramento e avaliação, buscando respostas às perguntas relevantes para o ciclo de vida do projeto (desempenho e resultados), mas também para a estratégia de longo prazo, os efeitos que o projeto continua a repercutir na vida das comunidades e da organização, mesmo após sua finalização (seus impactos).

Além disso, o próprio Fundo Ecos, em parceria com as organizações apoiadas, coleta dados e informações sobre cada projeto para reunir e sistematizar os resultados, impactos e aprendizados gerados pelo conjunto de projetos apoiados em um edital. Depois sistematiza o conjunto de informações de vários editais. E assim, o Fundo Ecos vai gerando expertises e muitas lições aprendidas ao longo de sua trajetória.

É importante mencionar que o ISPN adota modelos de relatórios, que são documentos nos quais a Organização Beneficiária informa sobre o andamento do projeto, estes modelos de relatórios podem ser customizados. Os relatórios devem contemplar tanto a descrição das atividades realizadas, como a prestação de contas dos recursos já repassados. Para o ISPN, os relatórios permitem acompanhar e monitorar o projeto, identificando se a proposta inicial está sendo executada, bem como se os recursos repassados estão sendo aplicados de acordo com a proposta selecionada pelo Fundo Ecos.

Por fim, o modelo de documento e as ferramentas utilizadas são devidamente apresentadas no Manual do Beneficiário, que é o documento que orienta toda a execução do projeto. As informações sobre o formato para envio dos relatórios também serão apresentadas na oficina de planejamento e capacitação inicial, que é considerada etapa de participação obrigatória para todos os projetos que serão contratados.

7.1. Relatório do Projeto – Organização Beneficiária

O Relatório de Projeto é onde a Organização Beneficiária informa sobre como está o desenvolvimento das atividades previstas no **Plano de Trabalho**, se as mesmas foram desenvolvidas de acordo com o **Cronograma** ou se estão atrasadas, como foi feita a aplicação dos recursos do **Orçamento**, assim como sistematiza os principais resultados quantitativos atingidos até o momento no **Quadro de Resultados**.

A parte do Relatório de Projeto em que a Organização Beneficiária informa sobre como está o desenvolvimento das atividades previstas no **Plano de Trabalho** deve conter todas as informações relativas ao que já foi feito, ao que está sendo feito e ao que ainda falta fazer, assim como as atividades que estão em atraso em relação ao **Cronograma**. Além disso, ele pode reportar quais atividades foram realizadas como contrapartida e que não haviam sido previstas. Deve ainda informar os resultados que estão sendo alcançados, as dificuldades que estão sendo encontradas e as possíveis soluções. É necessário ainda enviar os documentos que demonstram a realização das atividades, como lista de presença de cursos e reuniões; fotografias das atividades; relatórios específicos de serviços contratados pelo projeto, como Planos de Negócios, Diagnósticos, etc, e outros documentos que queiram enviar, como produtos dos projetos, publicações, etc.

Outra informação importante que deve constar no relatório diz respeito ao **Quadro de Resultados**. É neste quadro que a organização apresenta os indicadores quantitativos gerados pelo projeto até aquele momento. Os indicadores informam, por exemplo: o número de pessoas ou famílias envolvidas no projeto, quantas destas pessoas são mulheres, a quantidade de hectares sob manejo sustentável, entre outros. O sistema de indicadores do Fundo Ecos acompanha a metodologia de monitoramento do ISPN, que tem o objetivo de padronizar e consolidar a coleta dos resultados quantitativos das atividades desenvolvidas por todos os projetos do Instituto. A metodologia prevê a anotação dos indicadores em formato padronizado, que são acompanhados por meio dos relatórios de cada Programa/Projeto. Em 2022 foi definido um conjunto oficial de indicadores que são alimentados pelos projetos institucionais e pelos projetos do Fundo Ecos (Anexo 3).

Em relação à prestação de contas financeira, o Relatório de Projeto deve registrar a performance financeira do projeto de uma forma ampla, informando, dentre outras coisas, se a aplicação dos recursos foi feita de acordo com o **Orçamento do Projeto** e se o projeto conseguiu angariar recursos e apoios (contrapartidas) de outras fontes. Nessa parte do relatório é necessário enviar um conjunto de documentos para cada despesa realizada pelo projeto, composto por: cópia da tomada de preço (cotações), cópia do comprovante de pagamento e cópia do documento fiscal (nota fiscal, cupom fiscal ou recibo). Oo ISPN disponibiliza um conjunto de modelos de documentos para apoiar a organização na gestão dos seus projetos. Esses modelos podem ser encontrados na Área do Beneficiário do Fundo Ecos em nosso site: fundoecos.org.br/beneficiario. Vale destacar que no âmbito do Fundo Ecos todo gasto do projeto deve ter um comprovante de despesa, emitido em nome da Organização Beneficiária e não em nome de terceiros. Os comprovantes devem informar também o nome, telefone e endereço completo do prestador de serviço ou vendedor, com o número do CPF (no caso de pessoa física) ou do CNPJ (no caso de pessoa jurídica).

O ISPN recomenda que a prestação de contas seja apresentada aos membros da comunidade/entidade, para todos acompanharem como está a situação financeira do projeto e como estão sendo utilizados os recursos recebidos.

O **Relatório de Projeto Final** deve ser enviado após a Organização Beneficiária finalizar o gasto total do recurso e a realização das atividades planejadas. O prazo máximo para ser finalizado é de até 60 dias após a data de encerramento do contrato. O envio do **Relatório Final** ao ISPN é obrigatório, e sua aprovação é necessária para a finalização formal do projeto.

7.2. Relatório de Monitoramento do Fundo Ecos

O Relatório de Monitoramento é uma avaliação do andamento do projeto feita pelo(a) Ponto Focal do projeto no ISPN. Ele é produzido com base no Relatório de Projeto enviado pela Organização Beneficiária e em outras informações obtidas. O ISPN emite o Relatório de Monitoramento assim que recebe da Organização Beneficiária os relatórios de projeto (referentes a cada desembolso e o relatório final).

O Relatório de Monitoramento contém considerações, questionamentos, dicas e informações que contribuem para o bom andamento do projeto, e, portanto, deve ser lido com atenção pela Organização Beneficiária. Se for necessário, a Organização Beneficiária deverá responder ao Relatório de Monitoramento por e-mail, fornecendo as informações solicitadas pelo ISPN.

7.3. Visitas de monitoramento

O Fundo Ecos prevê a realização de pelo menos uma visita de campo durante a execução de um projeto. Nas carteiras de micro e pequenos projetos, esta orientação pode ser relativizada devido ao custo de monitoramento de cada iniciativa *in loco*. Procuramos, no entanto, agrupar as visitas a projetos de uma mesma região para diminuir os custos.

8. Comunicação

A comunicação institucional do Fundo Ecos é um canal estratégico para promover a transparência e o diálogo com diversos públicos, incluindo os beneficiários, financiadores, parceiros, academia e sociedade civil em geral.

Entre as atividades de comunicação, a divulgação de editais ocupa um papel central, permitindo ao Fundo Ecos realizar seu principal objetivo: selecionar e apoiar projetos de comunidades indígenas, tradicionais e rurais. Essa ação fortalece iniciativas que promovem a conservação socioambiental e a sustentabilidade nos territórios.

Além disso, por meio de comunicados oficiais e histórias de impacto, compartilhamos os resultados transformadores dos projetos apoiados, evidenciando as trajetórias de comunidades e iniciativas que fortalecem os territórios.

O Fundo Ecos também investe na capacitação e fortalecimento dos canais de comunicação dos projetos parceiros. Por meio de formações, assessorias e apoio técnico, buscamos ampliar o

alcance e a qualidade das narrativas locais, garantindo que as vozes das comunidades sejam ouvidas e valorizadas. Essa abordagem reflete nosso compromisso em construir redes de comunicação mais inclusivas e conectadas.

Com essa estratégia, fortalecemos não apenas a visibilidade dos projetos, mas também a articulação entre os diversos atores da nossa rede, ampliando os impactos e consolidando a comunicação como um pilar essencial do desenvolvimento socioambiental.

9. Equipe

Os projetos ecossociais exigem conhecimentos de áreas diversas, desta forma o Fundo Ecos preza pela composição de uma equipe multidisciplinar. A composição da equipe é estruturada da seguinte forma:

Coordenação - captação de recursos, guardiã dos fluxos e políticas, relação com os doadores e com o CGN.

Assistente administrativa - apoio na prestação de contas dos projetos.

Ponto focal júnior - acompanhamento dos projetos; apoio na elaboração de editais; seleção de projetos e na condução das oficinas.

Ponto focal sênior - acompanhamento de projetos e participação nas redes, incidência política e gestão da informação - fazendo a conexão dos Programas e com o Advocacy com os temas desenvolvidos nos projetos.

Gerente de projeto - responsável por uma carteira de um determinado financiador.

Gestão de dados - responsável pelos sistemas, coleta de resultados e divulgação de indicadores.

Comunicação - responsável pelas informações prestadas no âmbito do Fundo Ecos (sites, redes sociais, publicações, etc); apoio na elaboração de materiais audiovisuais; apoio na elaboração e comunicação de informações e relatos sobre os projetos executados.

10. Recursos e estratégia financeira do Fundo Ecos

O Fundo Ecos é o fundo independente do Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN, organização da sociedade civil sem fins econômicos, fundada em 1990, que atua pelo fortalecimento de meios de vida sustentáveis com protagonismo comunitário.

A missão do ISPN é contribuir para viabilizar a equidade social e o equilíbrio ambiental, com o fortalecimento de meios de vida sustentáveis e estratégias de adaptação às mudanças do clima. Para isso adota como sua estratégia institucional a Promoção de Paisagens Produtivas Ecossociais, que, além de apoio a projetos que é feito por meio do Fundo Ecos, promove iniciativas integradas, como formações, gestão do conhecimento e comunicação, articulação nos territórios, intercâmbio de saberes e incidência política para o fortalecimento de organizações comunitárias que desenvolvem a conservação por meio do uso sustentável, o que contribui para a consolidação de territórios produtivos e conservados.

10.1. Objetivos da captação de recursos

O ISPN visa ampliar o alcance de suas ações e projetos para contribuir com a transformação da sociedade, fortalecendo os modos de vida sustentáveis, a participação social nas políticas públicas e a integração de práticas e saberes que promovem a justiça climática.

Nesse contexto, busca parcerias com financiadores que reconheçam o protagonismo comunitário na promoção do desenvolvimento sustentável e de melhor qualidade de vida, integrando conservação ambiental com alternativas sustentáveis de geração de renda, valorizando a efetividade dos conhecimentos tradicionais, melhoria dos processos de produção, manutenção e acesso a direitos e gestão ambiental e territorial.

Por reconhecer a importância dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares na linha de frente do enfrentamento às mudanças climáticas e à conservação da biodiversidade, o foco da captação de recursos do Fundo Ecos será:

i. Apoiar Diretamente Projetos Apresentados por Organizações de Base Comunitária: desenvolver ações que fortaleçam a capacidade de mitigação, adaptação, resiliência e desenvolvimento sustentável dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, proporcionando recursos e apoio necessários para promover melhor qualidade de vida e enfrentar os impactos climáticos.

ii. Fortalecer Institucionalmente as Organizações de Base Comunitária: direcionar recursos para fortalecer as organizações de base comunitária de forma flexível e adequada às

realidades locais. Isso inclui capacitações e intercâmbios em gestão de projetos, captação de recursos, comunicação, ações de incidência entre outras linhas de conhecimento que as organizações tenham demanda. Organizações bem estruturadas são mais capazes de atrair e gerir maior quantidade de recursos, implementar projetos de forma sustentável e ter mais condições de poder influenciar a adequação de políticas públicas para garantir a conservação da biodiversidade.

iii. Apoiar Soluções Baseadas no Uso Sustentável da Biodiversidade: promover práticas sustentáveis que não só conservem o meio ambiente, mas também melhorem os meios de subsistência locais, como a agroecologia, restauração da vegetação nativa e o manejo sustentável de recursos.

iv. Desenvolver e Fortalecer Parcerias Estratégicas: apoiar iniciativas e redes de organizações que compartilham nossa visão para criar ações integradas que possam se articular com governos e outros atores estratégicos e gerarem impactos positivos a longo prazo.

10.2. Diretrizes

Foram estabelecidas diretrizes que orientam as práticas de captação de recursos para as doações e os financiamentos recebidos pelo Fundo Ecos impulsionarem as iniciativas de maneira responsável, eficaz e alinhada aos valores e à missão institucional do ISPN.

Essas diretrizes buscam fortalecer o comprometimento em ampliar o impacto positivo para a promoção de paisagens produtivas ecossociais e fortalecer a confiança com doadores, financiadores e parceiros que desejam apoiar ações que contribuam para o alcance da justiça socioambiental.

i. Independência e Diversificação: o Instituto mantém sua independência diversificando as fontes de financiamento para evitar interferências ou dependências de doadores e para garantir a integridade de sua missão.

ii. Protagonismo Comunitário: o ISPN reconhece que as comunidades locais são as responsáveis pela elaboração e implementação de suas iniciativas e soluções, promovendo o desenvolvimento sustentável, por meio do uso responsável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida em seus territórios.

iii. Avaliação de Propostas Relacionadas à Compensação Ambiental: serão analisadas criteriosamente propostas de ações envolvendo compensação ambiental ou outras

exigências legais, respeitando nossos valores e garantindo resultados positivos para nossa missão.

iv. Divulgação de Marcas: as condições de uso de marcas serão acordadas em contrato. Entretanto, não serão aceitos apoios exclusivos para a realização de ações para promoção de marcas ou para posicionamento mercadológico.

v. Transparência e Prestação de Contas: os apoios dos doadores serão executados e terão suas contas apresentadas conforme as orientações e as normas pré-estabelecidas. Será mantida a transparência na prestação de contas dos recursos recebidos, seguindo as regras específicas de cada financiador.

vi. Propostas Customizadas: poderão ser desenvolvidas propostas customizadas para financiadores, desde que sejam alinhadas aos valores institucionais e aprovadas pela diretoria e coordenação executiva do Instituto.

vii. Reservas de Apoios: o ISPN reserva-se o direito de rejeitar contribuições que possam comprometer seus objetivos, princípios e imagem institucional. Não serão aceitos apoios financeiros provenientes de instituições ou indivíduos cujas atividades envolvam desmatamento descontrolado, exploração de recursos naturais de maneira insustentável, condições de trabalho análogas à escravidão, exploração sexual ou infantil, ou outras práticas contrárias aos princípios de justiça social e ambiental.

11. Considerações finais

O Fundo Ecos é um mecanismo estratégico para a ampliação do acesso a recursos pelas comunidades. Com uma diversidade de doadores, priorizando a transparência e a democratização dos recursos, o Fundo Ecos conecta pessoas, territórios e oportunidades. Há 30 anos, ele ajuda a semear e colher frutos para as populações, a sociedade e a natureza.

Esse manual faz parte desse processo de amadurecimento do ISPN para o apoio às comunidades. O Fundo Ecos é um mecanismo robusto e estruturado, que cumpre um papel importante na sociedade ao democratizar recursos e permitir que comunidades liderem o planejamento e a implementação de ações para a melhoria de sua qualidade de vida e a qualidade do ambiente para todos nós.

O Fundo reconhece o papel central e essencial de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais na conservação da biodiversidade dos ecossistemas brasileiros, na

provisão de água, na regulação do clima, na produção de alimentos sadios e na reprodução da cultura, para que todos nós possamos ter uma chance de bem-viver.

Assim, esperamos que este manual sirva de referência para todos(as) aqueles(as) que buscam soluções responsáveis e criativas, para a manutenção dos ambientes naturais, e para a melhoria de vida das pessoas que vivem da sociobiodiversidade brasileira!

Anexo 1 – Regimento Interno do Comitê Gestor Nacional do Fundo Ecos

Clique aqui para acessar o documento

Anexo 2 – Quadro de Indicadores

Categoria		Indicador
Alcance	1.1	Número de organizações apoiadas
	1.2	Número de comunidades fortalecidas
Pessoas	2.1	Número de famílias
	2.2	Número de homens jovens (até 29)
	2.3	Número de homens adultos
	2.4	Número de mulheres jovens (até 29)
	2.5	Número de mulheres adultas
	2.6	Número de Indígenas
	2.7	Número de lideranças comunitárias fortalecidas
	2.8	Número de famílias comercializando produtos da sociobio com apoio do Fundo Ecos
	2.9	Número de famílias acessando vendas institucionais com apoio do Fundo Ecos
	2.10	Número de estudantes recebendo bolsa
Capacitações	3.1	Número de capacitações realizadas
	3.2	Número de homens jovens capacitados (até 29)
	3.3	Número de homens adultos capacitados
	3.4	Número de mulheres jovens capacitadas (até 29)
	3.5	Número de mulheres adultas capacitadas
Intercâmbios	4.1	Número de intercâmbios realizados
	4.2	Número de homens em intercâmbios
	4.3	Número de mulheres em intercâmbios
Território	5.1	Número de iniciativas de Gestão Territorial implantadas
	5.2	Área com manejo ecológico do fogo (ha)
	5.3	Área com manejo agroecológico (ha)
	5.4	Área com manejo para restauração (ha)
	5.5	Área com manejo para extrativismo (ha)
Tecnologia e infraestrutura	6.1	Número de agroindústrias implementadas / reformadas
	6.2	Número de tecnologias instaladas
	6.3	Número de pessoas beneficiadas com tecnologias
Comunicação	7.1	Número de vídeos produzidos
	7.2	Número de aparições na mídia
	7.3	Número de publicações de caráter técnico
	7.4	Número de artigos acadêmicos produzidos e publicados

	7.5	Número de comunicadores comunitários contribuindo na execução das ações
Financeiro	8.1	Faturamento bruto anual pré projeto
	8.2	Faturamento bruto anual pós projeto
	8.3	Volume financeiro de vendas institucionais com apoio do Fundo Ecos
Projetos do Fundo Ecos	9.1	Número de visitas de monitoramento realizadas ao projeto apoiado
	9.2	Valor da Contrapartidas Financeira
	9.3	Valor da Contrapartida Não-Financeira
	9.4	Espécies (pergunta do relatório)
	9.5	Número de organizações apoiadas que alavancaram recursos
	9.6	Valor mobilizado de novos recursos.
Projetos institucionais	10.1	Número de políticas públicas monitoradas pelo ISPN
	10.2	Número de Proposições Legislativas acompanhadas pelo ISPN
	10.3	Número de contribuições (notas técnicas, participações e/ou documentos) que apoiam a construção e aprimoramento de políticas públicas

ISPN
INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA

Fundo Ecos

Brasília - DF
Fevereiro de 2025